

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O PIBID COMO ESTRATÉGIA PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS CONTRA O ANALFABETISMO.

Elaira Adriana Santos Garcia¹, Camila Oliveira Nascimento², Orientadores: Ana Enedi Prince¹, Roberto Monção¹.

¹Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, elaira47@gmail.com, prince@univap.br, roberto.moncao@univap.br

²Escola Estadual João Cursino, Avenida Engenheiro Francisco José Longo, 782, Jardim São Dimas – 12245-000 – São José dos Campos – SP, Brasil, oliveiranascimento@prof.educacao.sp

Resumo

O presente artigo propõe uma discussão acerca do papel do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que fornece a alunos da graduação a oportunidade de ter experiência prática dentro de escolas públicas, e com base nestas experiências entraram em contato com o problema do analfabetismo. O objetivo é demonstrar como o programa pode ser de grande auxílio para atenuação do problema do analfabetismo, visto que os participantes desenvolvem habilidades pedagógicas e práticas que irão lhes preparar para lidar com a questão quando de fato ingressarem nas escolas públicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória que se volta para a discussão sobre o analfabetismo atualmente no Brasil baseando-se em autores e pesquisas.

Palavras-chave: Analfabetismo, PIBID, Educação.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas – História.

Introdução

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) foi estabelecido como uma política pública educacional pelo Ministério da Educação em 2007, através da Portaria Nº 38, e é coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Seu principal objetivo é conceder bolsas a estudantes de licenciatura, proporcionando-lhes a oportunidade de vivenciar a realidade das escolas públicas em todo o Brasil. (CAPES, 2007)

O foco deste artigo está no analfabetismo, um problema educacional brasileiro que impacta pessoas diariamente na sociedade brasileira, por não saberem ler, escrever ou realizar operações matemáticas básicas. Nesse contexto, o PIBID pode desempenhar um papel fundamental no combate ao analfabetismo. Esse programa permite que estudantes de licenciatura entrem em contato direto com as escolas públicas e as comunidades onde estão inseridas. Através do PIBID, os futuros professores podem desenvolver habilidades pedagógicas e práticas para lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Além disso, o programa contribui para a formação de cidadãos mais críticos e atuantes na sociedade. É importante destacar que o PIBID oferece uma oportunidade única para que os estudantes de licenciatura atuem de forma efetiva no combate ao analfabetismo, ajudando os alunos a desenvolverem habilidades de leitura, interpretação e letramento. Essa abordagem direta e prática pode promover uma educação mais inclusiva e efetiva, preparando os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

O artigo tem caráter descritivo e exploratório, e se pautou em explorar os dados do analfabetismo no Brasil, desde a chegada dos portugueses e a catequização até o período de redemocratização após a Ditadura Militar, discutindo e pesquisando políticas públicas adotadas por diversos governos presidenciais para tratar desta questão, e como o PIBID pode ser uma ferramenta para auxiliar no processo de combate ao analfabetismo. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica acerca de várias obras literárias como por exemplo Magda Soares, artigos e dados disponibilizados por institutos de pesquisa brasileira.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Metodologia

O objetivo deste artigo é analisar o impacto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) na redução do índice de analfabetismo no Brasil. A pesquisa é um construto cuja reflexão teórico-metodológica leva em conta a Educação como campo de estudos do PIBID. O projeto está em andamento desde outubro de 2022. Para alcançar esse objetivo, foi adotada uma abordagem metodológica composta por duas etapas principais: revisão bibliográfica, análise do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na etapa de revisão bibliográfica, foi realizada uma análise aprofundada de obras de autores renomados, como Magda Soares, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Anísio Teixeira. Essa revisão abordou o tema do analfabetismo e alfabetização, bem como o contexto social em que as escolas brasileiras estão inseridas. A seleção dos autores e obras foi baseada em critérios de relevância para a compreensão do analfabetismo e das políticas educacionais no Brasil.

Além disso, incorporamos a análise do indicador INAF e do INEP como uma ferramenta para avaliar o nível de analfabetismo no Brasil. Os indicadores do INAF e do INEP são utilizados para medir a capacidade de leitura, escrita e interpretação de textos em diferentes contextos. Para isso, consultamos dados e relatórios oficiais que fornecem informações sobre o índice de analfabetismo funcional no país. A pesquisa é um construto cuja reflexão teórico-metodológica leva em conta a Educação como campo de estudos do PIBID. O projeto está em andamento desde outubro de 2022 e as estratégias metodológicas utilizadas no território são rodas de conversa.

Discussão

A trajetória da alfabetização brasileira inicia-se com a chegada dos portugueses e a catequização dos indígenas a partir de 1530. Segundo Ribeiro (1993, p.15) uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas, mas sim de uma massa iletrada e submissa. A educação vigente na época correspondia àquilo que a sociedade era e gostaria de manter, o Brasil permaneceu, por muito tempo, com uma educação voltada para a formação da elite dirigente.

A catequese assegurou a conversão da população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos. A educação elementar foi inicialmente formada para os curumins, mais tarde estendeu-se aos filhos dos colonos. [...] A educação média era totalmente voltada para os homens da classe dominante, exceto as mulheres e os filhos primogênitos, já que estes últimos cuidariam dos negócios do pai. A educação superior na colônia era exclusivamente para os filhos dos aristocratas que quisessem ingressar na classe sacerdotal; os demais estudariam na Europa, na Universidade de Coimbra (RIBEIRO, 1993, p.15)

As reformas pombalinas trouxeram algumas mudanças, uma delas foi a expulsão dos jesuítas em 1759 e a inserção de Aulas Régias, as aulas eram ministradas por professores nomeados pelo rei e as disciplinas incluíam latim, retórica, filosofia, matemática, história e teologia. Houve também a retirada do poder educacional da Igreja, colocando as na responsabilidade do Estado e diante os seus interesses, porém a educação mantinha suas bases estruturais do período colonial.

A emergência da pequena burguesia no século XIX trouxe uma nova dinâmica à estratificação social no Brasil, gerando contradições com a classe dominante e resultando em movimentos sociais que foram fundamentais para a transformação da sociedade brasileira. De acordo com Ribeiro (1993, p.17) a pequena burguesia frequentava a escola da mesma forma que a aristocracia e recebia uma educação de elite. Durante a estadia de D. João VI no Brasil, houve mudanças significativas nas instituições educacionais do país. No entanto, essas mudanças refletiram as intenções aristocráticas de D. João, pois o ensino primário foi negligenciado e a maioria da população permaneceu sem acesso à educação. Na Monarquia, houve uma grande valorização do ensino superior, refletindo a necessidade de pessoal capacitado para preencher os cargos administrativos do país após a independência política.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O Ato Institucional de 1834 descentralizou a responsabilidade educacional, concedendo às províncias o controle do ensino primário e médio, enquanto o poder central regulamentava o ensino superior. O currículo do nível médio se submetia ao das faculdades de Direito, refletindo a preferência dos estudantes por essa área. O ensino médio era humanístico, com aversão ao ensino profissionalizante. As províncias não tinham recursos para cumprir seu papel na promoção do ensino primário e médio, abrindo espaço para particulares assumirem o nível médio, contribuindo para a seletividade e elitismo educacional. A educação média era voltada para preparar alunos para a escola superior, e a arte de falar bem era mais importante do que a criatividade individual.

A educação no Brasil durante a República foi marcada por avanços e retrocessos. Houve desigualdades regionais e sociais, com acesso elitizado à escola na República Velha. No período da Era Vargas, foram estabelecidos o sistema nacional de ensino e a obrigatoriedade do ensino primário. Durante a ditadura militar, a educação foi usada para controle ideológico, ocorrendo elitização e criação de escolas técnicas. Após a redemocratização, foram criados fundos de desenvolvimento e valorização da educação básica.

Apesar dos avanços na democratização do acesso à educação nas últimas décadas, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em relação à qualidade do ensino. De acordo com dados do INEP (2022), cerca de 16 milhões de brasileiros com idade igual ou superior a 15 anos são analfabetos, e 30 milhões são classificados como analfabetos funcionais, ou seja, possuem dificuldades para compreender e interpretar textos simples.

Para abordar essa complexa questão, o INAF divide a alfabetização em cinco níveis diferentes: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. Cada nível representa diferentes habilidades e competências em relação à leitura e interpretação de textos.

1. **Nível analfabeto:** são considerados analfabetos os indivíduos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela deles consiga ler números familiares como o do telefone, da casa, de preços etc.
2. **Nível rudimentar:** A pessoa com alfabetismo rudimentar é capaz de localizar informações explícitas, expressas de forma literal, em textos compostos essencialmente de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano. Além disso, consegue comparar, ler e escrever números familiares (horários, preços, cédulas/moedas, telefones) identificando o maior e o menor valor. Também tem aptidão para resolver problemas simples do cotidiano envolvendo operações matemáticas elementares e estabelecer relações entre grandezas e unidades de medida.
3. **Nível elementar:** É considerado alfabetizado em nível elementar o indivíduo capaz de selecionar, em textos de extensão média, uma ou mais unidades de informação, observando certas condições e realizando pequenas inferências. Ele também resolve problemas envolvendo operações básicas com números da ordem do milhar, que exigem certo grau de planejamento e controle. O alfabetizado funcional em nível elementar tem condição de comparar e relacionar informações numéricas ou textuais expressas em gráficos ou tabelas simples envolvendo situações de contexto cotidiano doméstico ou social.
4. **Nível intermediário:** É considerado alfabetizado no nível intermediário o indivíduo capaz de localizar informação expressa de forma literal em textos diversos (jornalístico e/ou científico) realizando pequenas inferências. Ele também está apto a resolver problemas matemáticos envolvendo porcentagem e proporção, que exigem critérios de seleção, elaboração e controle. Além disso, o alfabetizado intermediário interpreta e elabora síntese de textos diversos (narrativos, jornalísticos ou científicos), relacionando regras com casos particulares, reconhece evidências e argumentos e confronta a moral da história com a própria opinião ou com o senso comum. Por fim, ele reconhece o efeito de sentido ou estético de escolhas lexicais ou sintáticas, de figuras de linguagem ou de sinais de pontuação.
5. **Nível proficiente:** O indivíduo proficiente, no topo da escala de alfabetismo funcional, elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto. É capaz de interpretar tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo a representação de informação quantitativa (intervalo, escala, sistema de medidas) e reconhecendo efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projeções). A pessoa proficiente também está apta a resolver situações-problema relativas a tarefas de

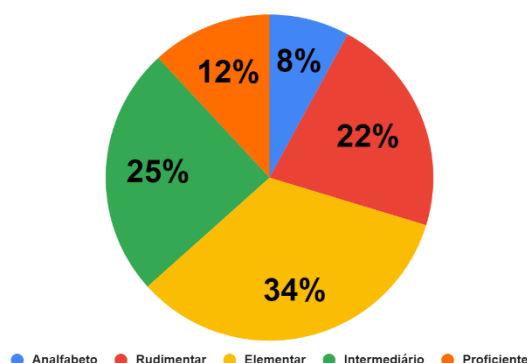
A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

contextos diversos, que envolvem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração e que exigem retomada de resultados parciais e o uso de inferências.

No Brasil, a partir de dados coletados de pessoas entre 15 a 64 anos em 2018 pelo INAF, pode-se chegar a resultados de que 8% da população brasileira ainda é analfabeta, dentro desse indicador, 72% moram no interior e 46% trabalham, sendo 19% donas de casas e 14% estão desempregados. Os resultados obtidos ao longo das dez edições do INAF, em um período de quase duas décadas, mostram uma significativa redução do número de analfabetos na população brasileira. O índice do nível 1 caiu de 12%, em 2001-2002, para 4%, em 2015, ainda que, na edição 2018, tenha sido observado um incremento desse patamar, no limite da margem de erro, para 8%.

Em nível elementar, 34% dos brasileiros fazem parte desse índice, sendo o maior em relação aos outros níveis de alfabetização, 49% deles chegam ao ensino médio e apenas 13% alcançam o nível superior, 66% são negros, 55% vivem no interior, e 83% no nível elementar declaram viver com renda familiar de até 5 salários mínimos.

Gráfico 1 - Porcentagem de níveis de alfabetismo no Brasil.



Fonte: INAF, 2018.

Além dos desafios relacionados à qualidade do ensino, o processo de alfabetização no Brasil apresenta variações significativas em diferentes regiões do país. Os índices de analfabetismo podem ser mais acentuados em áreas com maior vulnerabilidade socioeconômica, por exemplo, em 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma matéria relatando que índices altos prevalecem em regiões nordestinas, a taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais também reflete desigualdades regionais: o Nordeste tem a taxa mais alta (11,7%) e o Sudeste, a mais baixa (2,9%).

A região nordeste, por longo período e ainda nos dias atuais, apresenta lideranças nas estatísticas de analfabetismo no país, principalmente devido aos altos índices de vulnerabilidade socioeconômica enfrentados pelos estados nordestinos. Segundo IBGE, os estados nordestinos ocupam as últimas colocações no ranking nacional de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo que a expectativa de vida do nordestino é a menor do Brasil, atingindo 70 anos. Distribuição de renda e de educação são duas ações que caminham juntas. Políticas estruturais de distribuição de renda (como a reforma agrária) assim como as emergenciais (como os programas de renda mínima) aumentam as chances de permanência das crianças e jovens nas escolas. (MARCELINO *et al*, 2000, pp. 522).

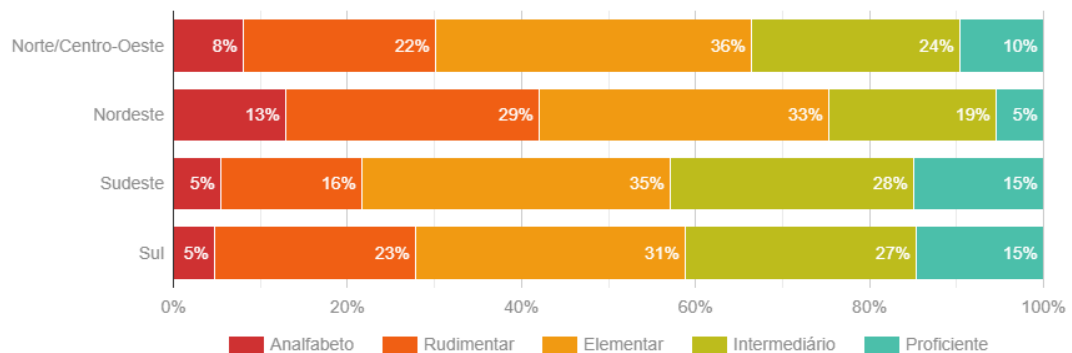
Além disso, as questões dialetais regionais e o contexto cultural exercem influência no processo de alfabetização, levantando debates importantes, como o momento adequado para iniciar a alfabetização, o propósito e os diferentes tipos de alfabetização em questão. Por exemplo, considerando as características culturais, econômicas e tecnológicas, surgem questionamentos sobre os métodos e abordagens utilizados no processo de alfabetização. O contexto cultural de uma determinada região pode demandar adaptações nos métodos de ensino para melhor atender às necessidades dos estudantes. O processo de alfabetização não ocorre da mesma maneira em diferentes regiões do país, porque a distância entre cada dialeto geográfico e a língua escrita não é a

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

mesma, estas seriam umas das razões para a existência de cartilhas regionais (SOARES, 2004, pp. 20).

Soares (2004) pontua em suas obras que é importante reconhecer que a alfabetização vai além da simples aquisição de habilidades de leitura e escrita. Ela desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal, social e profissional dos indivíduos. Portanto, compreender as particularidades regionais e culturais é essencial para implementar políticas e práticas educacionais mais efetivas, que atendam às necessidades específicas de cada contexto.

Gráfico 2 - Alfabetismo por Região.



Fonte: INAF, 2018.

Ao longo da história, vários governos implementaram políticas com o objetivo de combater o analfabetismo. Em 1947 no governo Dutra, foi iniciada a primeira Campanha de Educação de Adultos, foi um marco importante no processo de constituição do campo teórico-prático da área (GOMES SOARES, 1998, pp. 52), que visava consolidar a alfabetização em curto tempo, entretanto, o período de tempo destinado às aulas, era insuficiente para um aprendizado efetivo. Após muitas lutas e pressões, no ano de 1964, o Plano Nacional de Alfabetização é criado com ideias e propostas baseadas na pedagogia de Paulo Freire. A Constituição Federal de 1988, descrita no parágrafo 205, garante a educação gratuita como direito fundamental e atribui a responsabilidade da família e do Estado na promoção desse direito. No entanto, a mera garantia constitucional não é suficiente para garantir a frequência dos alunos na escola, especialmente daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Diante disso, o governo federal precisou adotar políticas que vinculam a renda mínima com a frequência escolar. Esta iniciativa, que coube ao economista José Márcio Camargo, propõe a concessão de um benefício mensal no valor de um salário mínimo a toda família, sem limite de renda, que tenha seus filhos matriculados no ensino público fundamental (LAVINAS, 2000).

É necessário aprimorar o PIBID para atender às demandas atuais dos alunos, professores e do país como um todo. Isso envolve uma reforma abrangente, que abarque desde o currículo até a especialização dos docentes. É fundamental proporcionar aos bolsistas uma formação mais abrangente e atualizada, que contemple metodologias inovadoras de ensino e aprendizagem, além de abordar as especificidades da alfabetização e do analfabetismo funcional. O PIBID atua no sentido de inserir os futuros professores na realidade escolar desde a graduação, por meio de aulas assistidas e orientadas por professores experientes, os bolsistas têm a chance de desenvolver habilidades e competências necessárias para enfrentar o desafio do analfabetismo e do analfabetismo funcional.

Além disso, o governo federal precisa valorizar financeiramente as bolsas do PIBID, garantindo uma remuneração adequada aos futuros professores que participam do programa. Essa valorização não apenas reconhece a importância do trabalho desenvolvido pelos bolsistas, mas também incentiva a participação de mais estudantes na formação de professores e no combate ao analfabetismo. Além do aspecto teórico e prático da alfabetização, precisamos entender o funcionamento do sistema educacional brasileiro, sua trajetória, falhas e vitórias no cotidiano escolar da criança. A educação deve ser alvo de reflexões profundas e transformações efetivas (SILVA, 2000).

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Conclusão

O analfabetismo é um problema histórico brasileiro que perpassa durante séculos, portanto entendemos que a resolução deste problema requer mudanças estruturais e graduais. Ressaltamos que o combate ao analfabetismo e a promoção da alfabetização não são apenas responsabilidades individuais, mas também devem ser encarados como uma prioridade das políticas públicas. O PIBID é um exemplo de iniciativa nesse sentido, buscando contribuir para a formação de professores e, consequentemente, para a melhoria da qualidade na educação, dito isso, deve-se manter em mente que o programa não pode ser o responsável por solucionar o problema como um todo, mas sim atenuá-lo em alguma medida. Entendemos, portanto, que a solução da questão do analfabetismo requer investimentos e planejamentos que contemplem as regiões mais afetadas, com a criação de novos programas específicos para este problema.

Referências

AGÊNCIA NOTÍCIAS IBGE. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20recuou,%2C8%25%20para%20o%20Sudes te..> Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007.** Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pibid.pdf. Acesso em: 3 de abr. 2023.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. **Site do INAF**, 2001. Conheça a série histórica, veja análises temáticas, compare dados e saiba como estão os níveis da população brasileira no uso cotidiano da linguagem verbal e da matemática. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 3 de abr. 2023.

LAVINAS, Lena; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Combater a pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife.** Dados, v. 43, p. 447-477, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de bolsas de iniciação será avaliado por coordenadores.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pibid#:~:text=Criado%20em%202007%20e%20coordenado,e%20na%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20do%20magist%C3%A9rio>. Acesso em: 3 abr. 2023.

PINTO, José Marcelino et al. **Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 81, n. 199, 2000.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão.** Paidéia (Ribeirão Preto), p. 15-30, 1993.

SILVA, Rosa Maria Alves da. **O analfabetismo na era da globalização.** Revista Faculdade Integral de Toledo, v. 3, n. 2, p. 103-111, dez. 2000.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A política de educação de adultos: a campanha de 1947.** Educação em Revista, n. 28, 1998.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos.** Porto Alegre, 2004.